



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

### ATA DA X REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS ANO 2022

Ao décimo primeiro dia do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, os membros do Conselho Municipal de Saúde do Município de Rio das Ostras (CMS) realizaram a X reunião ordinária, por videoconferência, sendo usada a plataforma virtual Google Meet, por intermédio do link de acesso <https://meet.google.com/frt-said-zac> e transmitida ao vivo, em rede social para acesso público, na página do Facebook <https://www.facebook.com/ConselhodesaudeRO>. O Primeiro Secretário do Conselho de Saúde, Alekissandro Passos Portela, realizou a convocação da reunião pelo EDITAL DE CONVOCAÇÃO 010/2022, enviado por e-mail aos conselheiros titulares e suplentes e publicado na edição nº 1496 do Jornal Oficial. A convocação da X reunião ordinária teve como pauta os seguintes assuntos: I – Aprovação das atas das VI e IX Reuniões Ordinárias; II – Providências da SEMUSA para cumprir a Lei 2741/2022; III – Execução das emendas impositivas; IV – Devolutiva da Conferência Estadual de Saúde Mental; V – Deliberação Conjunta CIB RJ Nº 90; VI – Assuntos gerais; VII – Previsão de pauta para a próxima reunião. A reunião teve início às quatorze horas e sete minutos, com a presença de sete conselheiros titulares – Jane Blanco Teixeira (SEMUSA), Glória Maria de Oliveira Magalhães (SEMUSA), Marcelo Veiga Sales (SEMAD), Vanderlei Campos (AMAEG), Rodrigo Sabará da Silva (Comitê Gestor SAE), Daniela B. Lima (ADOULAS), Márcio Tadeu da Silva (Associação Raízes) e quatro conselheiros suplentes – Mônica Linhares da Silva (SEMAP), Greicilane de Jesus (ASSOMERO), Alekissandro Passos Portela (Sindserv) e Maycon Nunes Siqueira (Associação Raízes).

Posteriormente se juntaram os conselheiros titulares Vanessa Gioia Berriel Marques (CREFITO2), Manuel Manteiga Suarcz (AMPECAN) e os conselheiros suplentes Ângela Maria Carvalho de Souza (AMAEG) e Lucas de Jesus Alves (Paróquia Nossa Senhora da Conceição). Item I) Aprovação das atas da VI e IX Reuniões Ordinárias: as atas referenciadas, cujas minutas foram enviadas para todos os conselheiros, foram aprovadas sem ressalvas. Item II) Providências da SEMUSA para cumprir a Lei 2741/2022: a palavra foi passada para a Conselheira Daniela B. Lima que tinha solicitado a inclusão deste tema na pauta. A Conselheira Daniela informou que já conversou com a diretoria do Hospital Municipal e que vem colaborando no estabelecimento de protocolos. A Sra. Carmem – Diretora dos Programas de Saúde informou que material de apoio será produzido no decorrer deste mês. Prosseguiu a Conselheira Daniela relatando alguns percalços, derivados da falta de treinamento. Um primeiro exemplo: um diretor achou um absurdo as mulheres apresentarem um plano de parto. A Conselheira Daniela juntou toda a documentação do Ministério da Saúde que trata das boas práticas de assistência ao parto e a enviou para o Hospital. Em uma outra ocorrência, uma enfermeira foi criticada por ter estabelecido plano de parto e, ainda hoje, uma paciente teve dificuldade em se cadastrar, sendo necessário recorrer ao diretor administrativo. A Sra. Carmem reconheceu que os profissionais necessitam de educação permanente, continuada. Perguntada sobre o prazo para implantar algumas melhorias, a Sra. Carmem asseverou que dentro de três meses apontará alguns avanços. Nada obstante, a Conselheira Daniela B. Lima reconheceu que já houve melhorias. O



Conselheiro Vanderlei Campos perguntou se a lei orçamentária contempla as melhorias ainda necessárias. A Conselheira Daniela respondeu que a implantação de quartos PPP não está contemplada. Item III) Execução das emendas impositivas: a servidora Ana Lúcia está fazendo levantamento. O Coordenador do FMS informou que tem sete emendas impositivas de dois mil e vinte e dois em tramitação. As emendas nos valores de R\$ 670.000,00 e R\$ 680.000,00 estão na fase de cotação de preços e a aquisição de uma unidade móvel está na fase de análise de economicidade. Item IV – Devolutiva da Conferência Estadual de Saúde Mental: a Conselheira Ângela Maria Carvalho de Souza e o Servidor Alessandro Barbosa avaliaram que a Conferência Estadual foi bastante positiva, ressaltando que quarenta e duas propostas foram protocoladas no Estado e, em etapa posterior, foram selecionadas doze propostas. A Conselheira Ângela Maria Carvalho de Souza foi eleita delegada para participar da Conferência Nacional de Saúde Mental, pelo que a congratulamos. Item V – Deliberação Conjunta CIB RJ N° 90: a parcela destinada para investimento (trinta por cento do total) será utilizada na construção de unidades de saúde na Extensão Serramar e Verdes Mares. Item VI – Assuntos gerais: preliminarmente, a Comissão Organizadora da etapa municipal de 9ª Conferência Estadual de Saúde que, no caso de Rio das Ostras, se resumirá à realização de uma assembleia ampliada, será composta pelos Conselheiros Daniela B. Lima, Rodrigo Sabará da Silva, Greicilane de Jesus, Márcio Tadeu da Silva e contará com o apoio das servidoras Michelle Viana e Cátia Nazareno. O Subsecretário Eduardo de Souza Faria informou que a compra do imóvel situado na Rua Rio de Janeiro – Extensão do Bosque para abrigar o CAPSi foi descartada e que o CAPSi ocupará um imóvel situado na Avenida Amaral Peixoto 3780, em vias de ser adquirido e que inicialmente iria atender ao Centro de Reabilitação. O Conselheiro Rodrigo Sabará da Silva fez um resumo da conversa que manteve com a Subsecretária Jane Blanco Teixeira a respeito da precarização dos serviços prestados pelo SAE com a nova gestão, relacionando a falta de preparo dos novos servidores, a interrupção dos exames de tuberculose, a falta das vacinas contra HPV, a transferência dos exames de sangue para o Centro de Saúde, além dos problemas mais antigos – aluguel de uma casa e utilização da verba para campanhas de prevenção. A Conselheira Glória Maria Magalhães informou que os cartazes do CMS já foram distribuídos para as unidades de saúde. A aquisição de software para suportar as reuniões “on-line” ainda não foi concretizada, tendo o Subsecretário Eduardo de Souza Faria alegado que não depende só da SEMUSA. O Subsecretário informou que a SEMUSA receberá alguns computadores ainda este mês, mas não soube estimar prazo para instalação de software. Perguntada sobre a realização de concurso para ampliar a cobertura do programa de saúde da família, a Subsecretária Jane esclareceu que o gargalo é a contratação de médicos e que, enquanto não resolver este quesito, não haverá concurso para admissão de ACS. Sobre a contratação de médicos, via pessoa jurídica, o Subsecretário Eduardo informou que o processo está no FMS para cotação das empresas. O Conselheiro Portela, no papel de Coordenador do Sindserv, acrescentou que nesta manhã conversou com a Subsecretária Jane Blanco Teixeira e soube que a SEMACI tinha sugerido alterações no termo de referência. Sobre o não pagamento dos salários atualizados dos ACE e dos ACS, a SEMUSA não soube informar as razões do atraso. A Subsecretária Jane Blanco Teixeira informou que o processo relativo à proposta de alteração da lei do CMS se encontra no Departamento Jurídico da SEMUSA. Item VII – Previsão de pauta para a próxima reunião: este item não foi abordado devido ao avançado da hora. A reunião foi encerrada às dezesseis horas e quarenta minutos, sendo lavrada a presente ata, por mim,



**Alekisandro Passos Portela – 1º Secretário do CMS, assinada, juntamente com Vanderlei Campos - Presidente Interino do CMS e Lucas de Jesus Alves – 2º Secretário.**



Vanderlei Campos

**Presidente Interino do CMS**

**Alekisandro Passos Portela  
1º Secretário do CMS**

**Lucas de Jesus Alves  
2º Secretário do CMS**